



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

**OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO POR LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING) PARA
AQUISIÇÃO DE UMA NIVELADORA**

CONCURSO PÚBLICO N.º 58/SAPR/2025

ÍNDICE GERAL

PROGRAMA DE CONCURSO CAPÍTULO I	4
Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Entidade adjudicante	4
Cláusula 3. ^a	4
Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Cláusula 4. ^a	4
Consulta e fornecimento do processo de concurso	4
Cláusula 5. ^a	5
Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento	5
Cláusula 6. ^a	5
Documentos de habilitação	5
Cláusula 7. ^a	6
Concorrentes	6
Cláusula 8. ^a	7
Documentos da proposta	7
Cláusula 9. ^a	10
Propostas com variantes	10
Cláusula 10. ^a	10
Modo de apresentação da proposta	10
Cláusula 11. ^a	10
Adjudicação por lotes	10
Cláusula 12. ^a	10
Local e prazo para apresentação das propostas	11
Cláusula 13. ^a	11
Prazo da obrigação de manutenção das propostas	11
Cláusula 14. ^a	11
Critério de adjudicação	11
Cláusula 15. ^a	11
Análise das Propostas	11
Cláusula 16. ^a	12
Relatório Preliminar	12
Cláusula 17. ^a	12
Audiência Prévia	12
Cláusula 18. ^a	13
Relatório Final	13
Cláusula 19. ^a	13
Adjudicação	13
Cláusula 20. ^a	13
Causas de Não Adjudicação	13
Cláusula 21. ^a	13
Caução	13

Cláusula 22. ^a	14
Contrato	14
Cláusula 23. ^a	14
Conteúdo do Contrato	14
Cláusula 24. ^a	14
Minuta do contrato	14
Cláusula 25. ^a	15
Outorga do contrato	15
Cláusula 26. ^a	15
Legislação aplicável	15
ANEXO I	16
ANEXO II	17
ANEXO IV	18



PROGRAMA DE CONCURSO

CAPÍTULO I

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente concurso tem por objeto uma operação de financiamento por locação financeira (leasing) para aquisição de uma niveladora com as características técnicas descritas na parte II - “Especificações Técnicas”, Cláusula 1.^a do Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Entidade adjudicante

A Entidade Adjudicante é o Município de Silves, sito no Largo do Município, 8300-117 Silves, com os números de telefone 282 440 800 e de fax 282 440 851 e com o e-mail: gabinete.presidente@cm-silves.pt. / www.cm-silves.pt.

Cláusula 3.^a

Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão competente que autorizou a despesa inerente ao contrato a celebrar, é a Câmara Municipal de Silves, por deliberação de 07/04/2025.

Cláusula 4.^a

Consulta e fornecimento do processo de concurso

1 - As peças que integram o procedimento são o programa do procedimento e o caderno de encargos, que estão disponíveis para consulta no Município de Silves, sito no Largo do Município, 8300 – 117 Silves, das 9.00H às 16.00H, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2 - O programa do procedimento e o caderno de encargos encontram-se patentes na página de Internet da plataforma de contratação pública do Município de Silves, no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, onde podem ser consultadas e copiadas gratuitamente. O acesso às peças do procedimento será facultado aos interessados que efetuem inscrição através do portal <http://www.acingov.pt>, no procedimento “**Operação de financiamento por Locação Financeira**”

(leasing) para aquisição de uma niveladora". Em alternativa, os interessados podem solicitar, por escrito, ao serviço indicado no ponto 1, cópia das peças do procedimento, indicando a sua denominação social, morada ou sede e número de contribuinte, as quais lhe serão entregues ou enviadas, no prazo máximo de 3 dias úteis a contar da data de receção do pedido.

3 - Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do e-mail: apoio@acingov.pt ou através do número de telefone 707 451 451

Cláusula 5.^a

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica, disponível no portal <http://www.acingov.pt>, na função "Pedir esclarecimentos", ou para o endereço eletrónico: aprovisionamento@cm-silves.pt.

2 - Os esclarecimentos e retificações serão prestados por escrito, pelo júri do concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo disponibilizados na plataforma eletrónica do Município de Silves no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, procedendo-se à notificação de todos os interessados que os tenham obtido junto desta edilidade.

3 – Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 6.^a

Documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve entregar no Município de Silves, no prazo de 5 dias após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos:

1.1. - Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos (Anexo II do Programa do Procedimento);

1.2. - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;

1.3. - Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:

i) Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas) que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

ii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

iii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

iv) Comprovativo de Inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) - <https://rcbe.justica.gov.pt>.

2 – Os sobreditos documentos de habilitação devem ser apresentados, nos termos do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos, através da plataforma eletrónica com o seguinte endereço: www.acingov.pt

3 - Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

4 - Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.

Cláusula 7.ª

Concorrentes

1 – Somente podem concorrer as instituições de crédito e sociedades financeiras legalmente autorizadas pelo Banco de Portugal a celebrar contratos de locação financeira (leasing).

- 2 - Podem ser concorrentes os agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 3 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.
- 5 - Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª

Documentos da proposta

- 1 - A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - 1.1 - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP, elaborado em conformidade com o formulário tipo (**Anexo I** do presente programa de procedimento), disponível na versão PDF e XML através do sítio eletrónico <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>
 - 1.2 - No caso de pessoa coletiva, o concorrente deve juntar cópia da Certidão de Inscrição no Registo Comercial.
 - 1.3 - Documento comprovativo da legitimidade para representar o concorrente, nos termos e situação em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura;
 - 1.4 - Declaração de consentimento de tratamento de dados, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, em conformidade com a minuta que constitui o **Anexo IV** ao Programa de Procedimento.
 - 1.5 Autorização do Banco de Portugal a autorizar a instituição de crédito ou sociedade financeira a celebrar contratos de locação financeira.
 - 1.6 Documentos dos quais constem os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:

- a) Taxa Anual Efetiva (TAE) da operação de financiamento, calculada de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de Agosto, com as posteriores alterações, arredondada à milésima;
- b) Demonstração dos cálculos de apuramento da TAE;
- c) Para efeitos de cálculo da TAE exigida nas alíneas anteriores os concorrentes deverão considerar uma taxa EURIBOR a 12 meses publicada no site www.emmi-benchmarks.eu com referência ao dia da publicação do anúncio do presente concurso no Diário da República.

1.7- Documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente no seguinte:

- a) Valor estimativo global do financiamento, incluindo todas as rendas e valor residual, bem como outros encargos, comissões e prestações que devam ser pagas pelo Locatário, com a exclusão dos encargos resultantes de impostos, taxas e emolumentos notariais ou de registo;
- b) Valor de cada renda trimestral postecipada, sem entrada e com o valor residual de 2 % do financiamento (apresentando de forma discriminada a simulação das mesmas, com e sem a inclusão do IVA, bem como do valor dos juros incluído nas mesmas);
- c) Indicação da Taxa Anual Nominal;
- d) Indicação do SPREAD implícito na operação de financiamento;
- e) Indicação do critério para a determinação da taxa de juro aplicável em situações de mora, bem como o critério para a sua determinação, e se for o caso, indicação dos encargos de incumprimento;
- f) Indicação de todos os encargos, comissões e outras prestações que devam ser pagas pelo locatário em conexão direta com a operação de financiamento, quer se apresentem como condição para a celebração do respetivo contrato, quer como consequência deste ou da sua execução;
- g) As condições aplicáveis no caso de reembolso antecipado do crédito;

- h) As condições de revisão ou de alteração da taxa utilizada;
- i) Condições de pagamento (que em conformidade com o disposto na clausula 1.ª da Parte II – Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, corresponde às rendas trimestrais postecipadas);
- j) Prazo de Execução (que em conformidade com o disposto no ponto 4.5 da clausula 1.ª da Parte II – Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, corresponde a 36 meses).

1.8 - Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.

1.9 - As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

2 - As propostas devem respeitar os seguintes elementos formais:

2.1. - As páginas devem ser autenticadas com a assinatura eletrónica, mediante a utilização de certificado digital qualificado. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante;

2.2. As propostas e documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

2.3. - Quando a proposta seja apresentada por agrupamento concorrente, a declaração referida no ponto 1.1. deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas coletivas, deve juntar cópia das respetivas Certidões de Inscrição no Registo Comercial.

Cláusula 9.^a

Propostas com variantes

- 1 – Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
- 2 - Para efeitos do número anterior, são variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

Cláusula 10.^a

Modo de apresentação da proposta

- 1 - Os documentos da proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública do Município de Silves: www.acingov.pt.
- 2 – Para submissão da proposta, conforme descrito no número anterior, bem como para o acesso total aos documentos constantes na plataforma eletrónica, relacionados com o presente procedimento, o concorrente terá, necessariamente, de estar acreditado pela empresa Academia de Informática, Engenharia de Sistemas, Lda., detentora da plataforma de contratação pública www.acingov.pt.
- 3 - Quando o concorrente realizar o carregamento da proposta, na plataforma eletrónica, todos os documentos (PDF) que integram a mesma devem estar previamente assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada de acordo com o n.º 4 do artigo 68.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão.
- 4 - A receção da proposta será registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 5 - Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do e-mail: apoio@acingov.pt ou do número de telefone 707 451 451.

Cláusula 11.^a

Adjudicação por lotes

De acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º- A do Código dos Contratos Públicos não se aplica a adjudicação por lotes uma vez que as prestações a abranger pelo objeto são incindíveis.

Cláusula 12.^a

Local e prazo para apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública do Município de Silves: www.acingov.pt, até às 17:00 horas do 30.º dia a contar da data de envio para publicação do anúncio relativo ao presente concurso.



Cláusula 13.^a

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 14.^a

Critério de adjudicação

1 - A adjudicação é efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade Monofator, designadamente a taxa, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – A seleção das propostas para efeitos de adjudicação será apurada em função da mais baixa Taxa Anual Efetiva (TAE) apresentada, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - Existindo igualdade de propostas de diferentes concorrentes, apresentando a mais baixa TAE, será dada preferência à proposta que tenha apresentado menor valor de SPREAD implícito na operação.

4 – Persistindo o empate, o desempate deverá ser efetuado com recurso a sorteio presencial.

Cláusula 15.^a

Análise das Propostas

1 – As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelo fator que densifica o critério de adjudicação.

2 – São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentem algum dos atributos, nos termos da cláusula 8.^a;

b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência;

c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;

d) Não seja comprovada a exigência imposta pelo n.º 1 da cláusula 7.ª do Programa de Procedimento;

e) A Taxa Anual Efetiva (TAE) contratual apresentada seja superior à TAE base definida na cláusula 3.ª do Caderno de Encargos;

f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;

h) Quando se verifique alguma das situações identificadas no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos;

j) Que contrarie a obrigação disposta na alínea e) da cláusula 5.ª do Caderno de Encargos.

3 - A exclusão de propostas com o fundamento no disposto na alínea h) do número anterior deve ser imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.

Cláusula 16.ª

Relatório Preliminar

Após a análise das propostas, aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, no qual deve propor a ordenação das propostas.

Cláusula 17.ª

Audiência Prévia

Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri procede à audiência prévia nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos, por remissão do artigo 147.º do referido diploma legal.

Cláusula 18.^a

Relatório Final

Cumprindo o disposto na cláusula anterior, o Júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.

Cláusula 19.^a

Adjudicação

- 1 - Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte, o órgão competente para autorizar a presente despesa, toma a decisão de adjudicação e notifica-a aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação das propostas.
- 2 – Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi escolhida.
- 3 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 4 – As notificações referidas no número anterior são acompanhadas do Relatório Final.

Cláusula 20.^a

Causas de Não Adjudicação

- 1 – Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do concurso após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.

Cláusula 21.^a

Caução

No presente procedimento não é exigido a apresentação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a

Contrato

1 - O contrato será reduzido a escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa, previstos no artigo 95º do Código dos Contratos Públicos.

2 - As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 23.^a

Conteúdo do Contrato

Faz parte integrante do contrato um clausulado que contém, nomeadamente, os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como o título em que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- c) A descrição do objeto do contrato;
- d) O preço contratual;
- e) O prazo de execução das principais prestações objeto do contrato;
- f) Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
- g) A referência à caução (se exigida) prestada pelo adjudicatário,
- h) Classificação orçamental da dotação que garante a satisfação da totalidade da despesa inerente ao contrato.

Cláusula 24.^a

Minuta do contrato

1 – A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

2 – Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para autorizar a presente despesa, notifica o adjudicatário, assinalando os ajustamentos propostos, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, se for o caso disso.

3 – A minuta do contrato a celebrar, bem como os ajustamentos propostos, considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 25.^a

Outorga do contrato

1 – A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, se exigida;
- d) Confirmados, se for caso disso, os compromissos assumidos por terceiras entidades, relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

2 – Será comunicado ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Cláusula 26.^a

Legislação aplicável

1 - Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2 – As normas do presente Programa de Concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes

Lista de Anexos ao Programa do Concurso

Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP).

Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Anexo IV – Consentimento tratamento de dados.

ANEXO I

[a que se refere o n.º 6 do art.º 57.º]

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

[Aprovado pelo Regulamento de execução (EU) 2016 /7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016,
conforme formulário tipo, disponível na versão PDF e XML]

Hiperligação de acesso para preenchimento do DEUCP:

<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(5)**].

Notas:

- (1)** Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2)** No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3)** Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4)** No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5)** Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º

ANEXO IV

(Modelo de Declaração)

CONSENTIMENTO TRATAMENTO DE DADOS

1. Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, eu _____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____, fui informado(a), que o Município de Silves irá recolher junto da entidade, dados pessoais dos quais sou titular, para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.
2. Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de selecção do adjudicatário no procedimento n.º _____, e que no caso da entidade vir a ser o adjudicatário, os meus dados serão elementos integrantes do contrato a celebrar.
3. Fui também avisado (a) que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.
4. Fui ainda, informado (a) que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Data: ____/____/____

Assinatura

(O titular de dados)